

## ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 9ª REGIÃO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
SETEMBRO/2012 A AGOSTO/2013

RGF - ANEXO I (LRF, Art. 55, inciso I, alínea "a")				R\$ Mil
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)			TOTAL (c) = (a) + (b)
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	569.041	6.640		575.681
Pessoal Ativo	461.912	6.103		468.015
Pessoal Inativo e Pensionistas	107.129	537		107.666
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0	0		0
(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º da LRF) (II)	104.467	6.640		111.107
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	875	0		875
Decorrentes de Decisão Judicial	0	0		0
Despesas de Exercícios Anteriores	3912	6.640		10.552
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	99.680	0		99.680
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	464.574	0		464.574
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL				
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				625.461.567
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c/ IV) x 100		0,074277%		0,074277%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)		0,115657%		723.390
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)		0,109874%		687.221
LIMITE ALERTA (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)		0,104091%		651.051

FONTE: SIAFI - Sercont/Secof/TRT 9ª REGIÃO - 09/set/2013 - 10h 00.

Notas:

- Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
  - Despesas liquidadas: consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
  - Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados: consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da lei 4.320/64.
- As despesas com auxílio natalidade e auxílio funeral, no valor de R\$ 40.316,45, relativo as despesas liquidadas, foram excluídas em atendimento ao disposto no Ofício-Circular Conjunto nº 16/SEAFI/SOF/MP-SUCON/STIN-MF e no Acórdão nº 894/2012-TCU-Plenário.
- Despesas com Precatórios da Administração Direta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R\$ 9.179.965,49;
- Despesas com Precatórios da Administração Indireta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R\$ 6.753.332,09;
- Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R\$ 1.578.023,81;

Des ROSEMARIE DIEDRICHS PIMPÃO  
Presidente do Tribunal

ARNALDO ROGÉRIO PESTANA  
Ordenadora da Despesa  
Substituto

MÁRIO LUIS KRUGER  
Diretor da Secretaria de Controle Interno

LUIS CARLOS SANCHES  
Diretor da Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças  
Substituto

## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

## PORTARIA Nº 1.284, DE 23 DE SETEMBRO DE 2013

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA DÉCIMA NONA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais estabelecidas no inciso XIX do Art. 22 do Regimento Interno, e considerando o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000 e Lei nº. 12.708 de 17 de Agosto de 2012 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2013) c/c o art. 5º, inciso I da Lei nº. 10.028/2000 (Lei de Crimes Fiscais), resolve:

Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, em anexo.

Des. SEVERINO RODRIGUES DOS SANTOS  
Presidente do Tribunal

## ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
SETEMBRO DE 2012 A AGOSTO DE 2013

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R\$ Milhar			
DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas (Últimos 12 meses)		
	Liquidadas (a)	Inscritas em restos a Pagar não Processados (b)	Total (c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	26.109,00	210	1 26.319,00
Pessoal Ativo	113.506,00	5,00	113.511,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	12.603,00	205,00	12.808,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)			0

DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ do art. 19 da LRF) (II)	1 2.458,00	3,00	1 2.461,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária			0
Decorrentes de Decisão Judicial	0		0
Despesas de Exercícios Anteriores	1.883,00	3,00	1.886,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	10.575,00		10.575,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	13.651,00	207,00	1 13.858,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA RECORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			625.461.567
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c/ IV)* 100	0,01 8171 %	0,0000 33 %	0,0 1 8204 %
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	0,037 655 %		2 35.517,55
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	0,035 772 %		2 23.741,68
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º, art. 59 LRF)	0,033890%		211.965,80

Fonte: SIAFI/SOF Setor de Contabilidade de 2013

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquela em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
  - Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.
- 2) Despesa com auxílio natalidade (R\$ 3,00) foi excluída em atendimento ao disposto no Ofício-Circular nº 16/SEAFI/SOF/MP-SUCON/STIN-MF.
- 3) Despesas com Requisições de Pequeno (RPV) Valor: 86,00

Des. SEVERINO RODRIGUES DOS SANTOS  
Presidente do Tribunal

SHEILA DOS SANTOS ROLIM  
Ordenadora de Despesa

HENRIQUE CARDOSO MESQUITA MELLO  
Diretor da Secretaria de Orçamento e Finanças

SANDRA DE BARROS FURLAN  
Diretora do Serviço de Controle Interno

## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª REGIÃO

## ATO Nº 170, DE 23 DE SETEMBRO DE 2013

A DESEMBARGADORA PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

Determinar a publicação, no Diário Oficial da União, do Relatório de Gestão Fiscal de que tratam os artigos 54 c/c 55, I, "a", da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, na forma do anexo único a esta Portaria.

RITA DE CÁSSIA PINHEIRO DE OLIVEIRA

## ANEXO ÚNICO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
SETEMBRO/2012 A AGOSTO/2013

RGF - Anexo I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")				R\$ Milhares
DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas (Últimos 12 meses)			
	Liquidadas (a)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (b)	Total (c)=(a) + (b)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	100.778,56	32,87	100.811,44	
Pessoal Ativo	89.178,04	26,17	89.204,22	
Pessoal Inativo e Pensionistas	11.600,52	6,70	11.607,22	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, §1º da LRF)	-	-	-	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, §1º da LRF) (II)	10.974,16	28,51	11.002,67	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-	-	
Despesas de Exercícios Anteriores	1.132,55	28,51	1.161,06	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	9.841,61	-	9.841,61	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	89.804,40	4,36	89.808,76	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL				
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			625.461.567,00	
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c/IV) *100	0,014358%	0,000001%	0,014359%	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) 0,026839%			167.867,63	
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) 0,025497%			159.474,25	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) 0,024155%			151.080,87	

FONTE: SIAFI E SOF/TRT 20ª REGIÃO-SE - 19/SETEMBRO/2013 - 1h e 47m

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em: